



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10983.901057/2008-21
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3401-001.697 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de fevereiro de 2012
Matéria Pedido de Compensação
Recorrente Fundação Celesc de Seguridade Social
Recorrida DRJ/Florianópolis - SC

Assunto: PIS

Período de apuração: 01/05/2002 a 30/05/2002

Ementa:

PEDIDO DE RESSARCIMENTO. DILIGÊNCIA. COMPROVAÇÃO DE CRÉDITO. VERDADE MATERIAL.

Comprovada a existência de crédito, o pedido da contribuinte deve ser deferido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **4ª câmara / 1ª turma ordinária** do terceira **SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS - Presidente.

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Júlio César Alves Ramos (Presidente), Fernando Marques Cleto Duarte, Jean Cleuter Simões Mendonça, Emanuel Carlos Dantas De Assis, Odassi Guerzoni Filho e Adriana Oliveira e Ribeiro.

Relatório

Trata o presente processo de pedido de ressarcimento transmitido por Dcomp em 31/03/2004, em decorrência de pagamento indevido ou a maior, a título de COFINS.

A DRF em Florianópolis/SC indeferiu o pedido por despacho decisório eletrônico (fls. 05) em razão de não restar crédito disponível para a compensação dos débitos informados em PER/Dcomp.

Irresignada, a Contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade/Impugnação, alegando tão somente que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira; e que deixou de retificar a DCTF nos períodos informados, o que ocasionou o despacho decisório, mas que em 30/05/2008 tomou tal providência no sentido de solucionar a diferença apresentada.

A DRJ em Florianópolis/SC manteve a decisão da DRF, prolatando a seguinte ementa (fls. 11):

“ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

COMPENSAÇÃO. REQUISITO DE VALIDADE

A compensação de créditos tributários depende da comprovação da liquidez e certeza dos créditos contra a Fazenda Nacional.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido”.

A Contribuinte foi intimada da decisão da DRJ em 23/02/2010 (fls. 14) e interpôs Recurso Voluntário em 24/03/2010 (fls. 15/27) alegando, em resumo, o seguinte:

1. O crédito no valor original de R\$ 26.195,78 é decorrente do pagamento a maior realizado em 14/06/2002;
2. A Recorrente constatou que, por um equívoco, deixou de retificar a DCTF, mas que em 30/05/2008 apresentou Manifestação de Inconformidade e informou a retificação demonstrando “existência inequívoca” do crédito pleiteado;
3. A compensação não poderia ter sido indeferida sob alegação de que a retificação da DCTF afasta a certeza e liquidez do crédito informado;
4. A decisão afronta os princípios da legalidade e da moralidade administrativa, além de configurar em ilícito do Estado;
5. A autoridade julgadora negou a homologação sem qualquer fundamento legal. Houve superficialidade na análise e ausência de motivação adequada, fatores que implicam em nulidade do acórdão;

6. Afirma que houve preenchimento equivocado da DCTF, na qual constou o montante de R\$ 46.871,90, após, devidamente retificado para R\$ 20.676,12;
7. Que utilizou o valor recolhido a maior para efetuar a compensação que ora se nega, pois o Fisco, sem realizar qualquer diligência, entendeu que a Recorrente não detinha crédito líquido e certo quando da compensação;
8. O direito ao ressarcimento do pagamento a maior nasce no exato momento do pagamento indevido e “independe de qualquer pronunciamento administrativo ou judicial, que terá natureza meramente declaratória, e não constitutiva.”.

Ao final, pede a Recorrente que o Recurso Voluntário seja acolhido para determinar o retorno do processo à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, devido à nulidade procedimental, ou ainda, em sendo o caso de julgamento de mérito deste Recurso, requer a reforma daquela decisão.

Submetido ao CARF, o julgamento do presente processo foi convertido em diligência, fls. 65/66, nos seguintes termos:

“Em face de todo o exposto e considerando que o processo não se encontra em condições de julgamento, proponho a conversão em diligência para que seja informado e providenciado o seguinte:

- a) Aferir a procedência e quantificação do direito creditório indicado pelo contribuinte, empregado sob forma de compensação;*
- b) Informar se, de fato, o crédito foi utilizado para outra compensação ou forma diversa de extinção do crédito tributário, como registrado no despacho decisório;*
- c) Informar se o crédito apurado é suficiente para liquidar a compensação realizada;*
- d) Elaborar relatório circunstanciado e conclusivo a respeito dos procedimentos realizados.”*

A DRF em Santa Catarina respondeu, respectivamente, aos quesitos formulados pelo CARF, fls 73:

1. À época do Despacho Decisório o crédito era improcedente, pois passou a existir com a retificação da DCTF, motivada pela não-homologação da compensação. O valor do crédito corresponderia à diferença entre o débito indicado na DCTF antes da não-homologação da Dcomp e o valor informado na retificadora;

2. Após a retificação da DCTF, a diferença ficou “desvinculada” e, através de consulta ao sistema SIEF, verificou-se não haver outras Dcomp que tenham utilizado como crédito alguma parcela do DARF;
3. A alocação dos R\$ 26.195,78 do débito compensado na Dcomp indica que o valor é suficiente para a compensação declarada.

A Recorrente foi intimada do resultado da diligência em 09/03/2011 e manifestou-se, às fls. 76/79:

1. O relatório da delegacia de origem confirmou a existência do crédito e em valor suficiente para a compensação, além de ter informado que o crédito não foi utilizado em outra Declaração de Compensação;
2. Reconhecido o direito através da diligência, a decisão que negou a homologação não pode subsistir;

Ao final, reitera o pedido para que o Recurso Voluntário seja acolhido e a decisão, reformada.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Jean Cleuter Simões Mendonça

O Recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele tomo conhecimento.

Inicialmente é imperativo esclarece que este processo foi apreciado, originalmente, pela 3ª Turma Ordinária, da 4ª Câmara, desta Terceira Seção do CARF. Após a realização de diligência e devolução dos autos, o processo foi distribuído para esta 1ª Turma Ordinária, para este Conselheiro.

Ultrapassado esse esclarecimento, passa-se à análise do caso:

Como verificado pelo relatório, o cerne da questão consiste na existência ou não do crédito tributário utilizado na compensação.

A perícia constatou que a Contribuinte protocolou o pedido de compensação com base em um DCTF, o qual levou a equipe fiscal concluir pela inexistência do crédito requerido. Após a emissão do despacho decisório, a Recorrente retificou o DCTF e, após a retificação, constatou-se a existência de crédito suficiente para compensar o valor declarado no pedido de compensação.

Muito embora a existência do crédito seja inequívoca, pois constatada em diligência pericial, deve-se analisar outra questão, qual seja: a retificação do DCTF após o despacho decisório.

É certo que o § 1º, do art. 147, do CTN, dispõe que a retificação da declaração deve ocorrer antes da notificação do lançamento. Como a declaração de compensação é confissão de dívida, nos termos §6º, do art.74, da Lei nº 9.430/96, o lançamento, no caso, seria a homologação por meio do despacho decisório, ou seja, a Recorrente deveria apresentar a retificação antes da emissão do despacho decisório. Não obstante, entendo que essa regra deve ser flexibilizada, pois ela busca inibir erros dolosos na declaração, com o fim de ludibriar o fisco.

No caso em tela, verifica-se que o erro na declaração excluiu os créditos da Recorrente, e não os do fisco, o que evidencia a falta de vontade de fraudar a arrecadação. Além disso, a processo administrativo deve prezar pela verdade material e uma vez constatada, por diligência, a existência de crédito em favor da Recorrente, não se pode indeferi-los, sob pena de enriquecimento ilícito da União.

Há de se destacar que, durante a ação fiscal que visou apurar o crédito, antes da emissão do despacho decisório, a própria autoridade fiscal já tinha condições de verificar o crédito da Contribuinte e não o fez.

Diante dessas considerações, deve ser reconhecido o direito creditório e homologada as compensações efetuadas.

Ex positis, dou provimento ao Recurso Voluntário interposto, reconhecendo o direito creditório da Recorrente e homologando integralmente a compensação objeto do presente processo.

É como voto.

Jean Cleuter Simões Mendonça - Relator